

Mais coisas entre o céu e a terra do que sonham nossos signos linguísticos

Beto Vianna¹

Resumo: A linguística tem uma história profunda e um mito de origem moderno, embora os cientistas tratem sua ancestralidade como pré-história da disciplina, sem consequências para as preocupações atuais. No entanto, os linguistas conservam de seus precursores (já imersos no culto à escrita) a atenção voltada à palavra e suas manifestações elementais (a letra, o sentido, o signo) e estruturadas (a frase, o texto, o código). A linguística não tira os olhos da palavra ao definir a si mesma como ciência, e distingue como propriamente linguístico apenas o que é do sistema de signos. Ao relacionar língua e ator social (a sociolinguística), língua e contexto ideológico (a análise do discurso) e língua e corpo-mente (a linguística cognitiva, a psicolinguística), considera-se o segundo termo, por importante que seja na análise, extralinguístico. No entanto, explicar um fenômeno exige um processo de distinção realizado justamente na linguagem, no espaço relacional em que nós (qualquer “nós”) apontamos consensualmente para um mundo, trazendo-o para a experiência comum. Nossa tradição local, acadêmica, de considerar o código como um sistema representacional (transmitido intersubjetivamente e armazenado individualmente), e como modelo do fenômeno da linguagem, torna surdos a nós, linguistas, para o espaço de interação em que nos movemos, privando-nos de considerar, na preocupação legítima das ciências da linguagem, os processos coontogênicos, humanos ou não, como domínios linguísticos em seus próprios termos.

Palavras-chave: Linguagem, espaço relacional, coontogenia, abordagem sistêmica

Introdução

Durante o mestrado em ciências linguísticas, estudei os processos históricos de gramaticalização, ou seja, a evolução de elementos do léxico em itens gramaticais, de estruturas com verbo modal (“poder”, “dever”, “querer”) mais verbo no infinitivo em português (VIANNA, 2000), como na frase “Manuel *deve viajar* para Portugal”. Garimpando essas estruturas em textos de vários gêneros e épocas, de documentos do século XIV até bulas de remédio contemporâneas, chamou-me

¹ Universidade Federal de Sergipe. Grupo de pesquisa Inuma - interfaces humano e não humano.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

a atenção como expressões logográficas tão parecidas serviam a estratégias tão diferentes de conversa, a modos tão distintos de dizer. A mudança na frequência de uso e na regularidade dessas formas ao longo do tempo era visível, o que justificava a hipótese de gramaticalização e a minha pesquisa. Mas seu comportamento variava em situações menos previsíveis entre e dentro de cada texto. Retomando o exemplo acima, o fato de Manuel viajar para Portugal (relato aberto a várias interpretações, como todo relato) torna-se, graças à modalização introduzida pelo verbo flexionado “deve”, uma obrigação ou uma possibilidade, um desejo ou uma ordem, um compromisso assumido por Manuel ou um palpite do autor da frase, e assim por diante, fazendo do código linguístico um agente ao mesmo tempo positivo e controverso na tessitura do relato, algo que, para nos dizer aquilo que diz, só o pode fazer na presença de um porta-voz.

Impressionava-me a noção de que uma estrutura assim dinâmica pudesse ser tratada em ciência linguística como uma forma classificável (ou que demandava classificação), tanto nas teorias mais gerais de mudança diacrônica quanto na consideração particular dos processos de gramaticalização. Associei as dificuldades da taxonomia histórica em linguística à taxonomia também problemática dos organismos vivos em que, desde Darwin, a evolução oferecia uma base naturalizada para a classificação (a descendência comum) e, por outro lado, uma resistência ao ordenamento tipológico bem delimitado: os tipos, afinal de contas, eram móveis. E havia outra controvérsia comum ao signo linguístico e ao organismo: assim como o uso da estrutura modal + infinitivo muda a cada situação linguajante, embora conservando seu estatuto ontológico, o organismo muda estruturalmente por toda a ontogenia, do momento que surge como indivíduo até o rompimento de sua organização de ser vivo, estabelecendo, durante sua história de mudanças estruturais, uma história congruente de interações com o entorno (MATURANA; VARELA, 2003). Dada essa condição mutante e relacional do sistema ontogênico (e, me pareceu, também das estruturas linguísticas), evoluir não é o simples suceder de formas fixas, mas a constituição de uma linhagem de devires estruturais com conservação da adaptação, ou, como diz Susan Oyama (2000), a “evolução de sistemas em desenvolvimento”.

Pensei então na estonteante variedade específica, ecológica e ontogênica dos insetos, em como os entomólogos (sejam os da subespécie dos taxonomistas, dos etólogos, dos biólogos evolutivos ou dos estudiosos de doenças tropicais) precisam tornar-se políglotas para atuar como porta-vozes da imensidão minimalista desses artrópodes. Pensei no evolucionista britânico J. B. S. Haldane, que, indagado pelos teólogos o que o estudo da natureza revelava sobre a mente divina, teria, assim reza

a lenda, respondido: “uma predileção desmesurada por besouros”². Não incluí tais reflexões no texto da dissertação, sendo eu, na época, bem mais cioso das fronteiras disciplinares e de minhas obrigações epistêmicas como linguista. Na defesa, no entanto, e para desespero do meu orientador, toda a minha exposição oral teve com tema os besouros e suas relações taxonômicas, evolutivas e ecológicas. Por sorte a banca, composta unicamente por colegas linguistas, entrou no jogo proposto de linguagem e a defesa prosseguiu tendo como objeto de discussão, ainda que metafórico (ao menos para os avaliadores), a diversidade viva da ordem Coleoptera.

A aceitação no rito de defesa não acalmou minhas preocupações, que iriam irromper seis anos mais tarde no doutoramento, quando não era mais possível conciliar minha abordagem da linguagem com as doutrinas hegemônicas na academia (devo dizer que meus pares foram suficientemente complacentes para me outorgar o título de doutor em linguística e, muito mais tarde, uma posição profissional nessa área do conhecimento). Foi, portanto, com um sentimento de redenção, embora perturbador, que, 15 anos depois de minha exposição dos besouros linguísticos, li David Kopenawa dizer:

Foi *Remori*, o espírito do zangão alaranjado *remoremo moxi*, que deu aos brancos sua língua emaranhada. A fala deles parece mesmo o zumbido dos zangões, não é? Colocou neles uma garganta diferente da nossa. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 233).

Em oposição simétrica ao mito bíblico de Babel, onde instaura-se o conflito e o consenso humano é perdido ao se perder uma língua comum, para Omama, o demiurgo Yanomami, o não conversar ou, se preferirmos, o não escutar, é a *solução* do conflito:

São palavras de habitantes da floresta que nos ensinou *Omama*, e os brancos não as podem entender. Assim é. *Omama* e *Remori* resolveram que as gentes diferentes que tinham criado não deviam ter a mesma língua. Acharam que o uso de uma só língua provocaria conflitos constantes entre eles, pois as más palavras de uns

² O registro da frase célebre de Haldane é menos espetacular. Diz o autor: “The Creator would appear as endowed with a passion for stars, on the one hand, and for beetles on the other, for the simple reason that there are nearly 300,000 species of beetle known, and perhaps more” (HALDANE, 1949, p. 248).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

poderiam ser ouvidas sem dificuldades por todos os demais. Por isso deram outros modos de falar aos forasteiros, e depois os separaram em terras diferentes. Então, ao fazerem surgir neles todas essas línguas, disseram-lhes: “Vocês não entenderão as palavras dos outros e, assim, só irão brigar entre si. O mesmo acontecerá com eles”. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 233).

Nada poderia ser mais diferente da tradição das ciências linguísticas que a origem Yanomami da linguagem, ou *das linguagens*, ou, para ser ainda mais preciso – pois é gerada uma relação, não os seus termos –, do “linguajar” (MAGRO, 1999). Não está aqui em jogo se o compartilhamento de signos linguísticos leva ao acordo (como em Babel) ou à discórdia. Todo linguista irá aceitar que, ao lado dos benefícios do entendimento, compreender “más palavras” pode ser desastroso na convivência dos interlocutores, mas não enxergará nesse fato qualquer contribuição para uma teoria da linguagem, relegando-o aos acidentes irreplicáveis da experiência humana. Talvez um assunto para a psicologia social, não para a linguística. O que os espíritos da floresta colocam em questão é a tradição, nas ciências linguísticas e seus precursores, da linguagem como um *objeto natural*, um dado da natureza ao mesmo tempo independente das controvérsias humanas (isto é, da política) e, por outro lado, um atributo universal e exclusivo... do humano. Apesar de ontologicamente ligado à humanidade, enquanto dado da natureza, a linguagem só pode ser acessada no curso da investigação propriamente científica, um domínio do especialista, tal como os demais objetos naturais e silenciosos de inquirição. A origem Yanomami da linguagem oferece a proposta, irreconhecível na epistemologia ocidental, de um multinaturalismo linguístico: os brancos têm “uma garganta diferente da nossa”, diz o xamã, “gentes diferentes (...) não deviam ter a mesma língua” (outro uso surpreendente da estrutura modal + infinitivo em português, em que, através da opinião do demiurgo, aquilo que *deve ser*, instaura-se a ontologia presente, aquilo que *é*).

Antecipo-me à possível objeção de que, em ciência linguística, é bem aceito o fenômeno da variação, principalmente a partir do nascimento da sociolinguística, nos anos 1960 (LABOV, 2008) e dos dados acumulados da dialetologia, e, portanto, a afirmação de que “gentes diferentes” não têm “a mesma língua” é incontroversa. No entanto, o que se entende por variante linguística é o oposto de um multinaturalismo. “A variação”, diz um manual introdutório, é “um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente” e “pressupõe a existência de formas alternativas, denominadas variantes” (MOLLICA, 2013, p. 9-10). Principalmente, a heterogeneidade (intrínseca à



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

linguagem, lembremo-nos), ou seja, a existência de formas alternativas, é condicionada por variáveis *independentes* que podem ser estruturais (internas ao sistema linguístico) ou externas (a sociedade). Preservam-se, assim, os domínios modernos – no sentido de Latour (1993) –, purificados e opostos entre a natureza silenciosa da linguagem e sua contraparte ruidosa, social, controversa, ou, no jargão profissional, *extralinguística*.

Com a noção de comunidade de fala, em que sistemas particulares são compartilhados por grupo particulares de falantes (ainda que variáveis, ou estratificados), a linguística científica aproxima-se mais do mito de Babel, em que a comunicação “correta” ou bem sucedida depende de haver correspondência entre as correspondências entre forma e sentido. E, curiosamente, aproxima-se da noção dezenovesca de uma nação, um povo, uma língua, tão criticada pelos próprios linguistas. Pois é no domínio do social, ou no sentido purificado de social, palco exclusivo das paixões e dos debates humanos, que se instaura a incompreensão. Só o especialista, como porta-voz autorizado de objetos silenciosos, sabe fazer a linguagem – tal como os demais fatos irrefutáveis e sobre-humanos da natureza - falar por si mesma.

A separação entre a natureza silenciosa e a assembleia ruidosa de humanos, tantas vezes denunciada por Latour (1993; 2004) como constitutiva (e talvez nunca realmente instituída) da modernidade, assume na linguística uma feição ainda mais dramática, pois postula-se um acesso do cientista exatamente à fábrica do ruído: o material natural de que são feitas as conversas humanas. Esse material é o código linguístico, de que a linguística, mesmo em seu atual vocabulário interacionista, faz um duplo uso: como marcador político (o que conta como linguístico, e quem conta como linguista) e legitimador do seu estatuto de ciência, na academia e para o público leigo. Processos ontogênicos (de desenvolvimento) e coontogênicos (interacionais) dos seres linguajantes têm tradicionalmente ficado fora da análise como corolário dessas escolhas, novamente delimitando o que é e quem está autorizado a fazer ciência da linguagem, ou mesmo envolver-se nas controvérsias irredutivelmente circulares do linguajar sobre a linguagem.

A lógica do código

A linguística como ciência tem no estruturalismo saussureano seu principal mito de origem e em Saussure seu mais aclamado pai fundador, abençoados pela filosofia da linguagem e sua noção



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

de que desvendar o sentido e a referência das proposições é resolver os problemas da lógica, a linguagem universal da ciência. É verdade que a *langue* saussureana coloca-se como um modelo de investigação empírica da língua comum, e, não, das representações privilegiadas dos lógicos, o que inclusive lhe garante seu estatuto de ciência. Mas mantém-se, na escolha do objeto de análise, e como se a linguística nunca tivesse ouvido falar em Wittgenstein (1987), a distinção entre “verdadeiro em virtude do significado” e “verdadeiro em virtude da experiência” (RORTY, op. cit. p. 174), entre o que é necessário, ou interno ao objeto, e o contingente, ou dado pela experiência e pelos sentidos. A distinção, em suma, entre fato e valor. No final dos anos 1950, Chomsky dá um segundo importante passo na confirmação da linguística no panteão das ciências positivas, quando, em uma resenha do livro *Verbal Behaviour*, de Skinner (CHOMSKY, 1959), declara o mundo livre dos entraves que o behaviorismo colocava ao estudo da linguagem e outros fenômenos cognitivos enquanto conteúdos mentais.

Nesses dois movimentos fundacionais, a linguística estrutural e o gerativismo chomskyano ajudam a construir, para si e seus opositores presentes ou futuros, a noção de que o estatuto científico da linguística e sua condição de disciplina autônoma estariam em risco caso a atenção do investigador se desviasse do código linguístico como objeto natural de inquirição. A confusão ou a alternância quase sinônima entre *gramática* e *língua* (assim como a noção, ao mesmo tempo científica e leiga de que saber uma língua é internalizar ou ter acesso à sua gramática) é tributária das modernas abordagens científicas da linguagem tanto quanto de nossa mais antiga tradição gramatical (RAJAGOPALAN, 2008).

O fato é que, a exemplo da já mencionada sociolinguística, muitas abordagens pós-estruturais têm questionado, nas últimas décadas, a exclusividade do código linguístico na investigação, incluindo, em suas preocupações, o uso cotidiano da língua e os aspectos sociais, históricos, ideológicos e situados da linguagem. No entanto, permanece na disciplina um compromisso epistemológico com o código, que implica a redução dos fatos linguísticos à expressão ou produto observados nos processos de conversação, um sistema codificado de símbolos – a palavra, a frase, o texto, o enunciado –, fonte privilegiada, às vezes única, dos dados da investigação, mesmo nos casos em que se considera o código *emergente* ou *variável*, como são os casos, respectivos, do funcionalismo e da sociolinguística, ou, ainda, *opaco*, sendo tarefa do investigador, na análise do discurso, trazê-lo à luz (RESENDE; RAMALHO, 2014). Uma evidência desse compromisso



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

fundamental com o código é a manutenção, na economia conceitual da disciplina, inclusive nos campos de investigação mencionados, da dicotomia linguístico/extralinguístico. Como dito na introdução, a fronteira entre o linguístico e o extralinguístico tem implicações políticas no afazer acadêmico, ao marcar o que conta como linguístico, e quem conta como linguista. Nas abordagens sociohistóricas, a própria análise é referida como contextual ou paralinguística, externa, portanto, aos dados propriamente linguísticos, que só se manifestam nas expressões grafofonêmicas, gramaticais ou referenciais.

A atenção ao código (e por definição, o código como objeto natural, universal e exclusivo do humano) tem outros efeitos sobre o que os linguistas pensam de si mesmos e de sua diferença em relação aos não especialistas quando o assunto, é claro, é a linguagem. Há, entre os linguistas de várias estirpes – desde os que consideram a língua um patrimônio genético, como os gerativistas, aos que tratam a linguagem como um dado sociocultural, passando por todas as posições intermediárias – um consenso profissional de que toda língua é igualmente complexa em sua estrutura, e igualmente funcional em seu uso. Não há línguas simples e complicadas, boas e ruins, evoluídas e primitivas. Os leigos, no entanto, não costumam pensar assim, como reclamam os próprios linguistas, e podem ter ideias bastante inflamadas sobre o que é certo ou errado, sobre o que soa mal ou bem, sobre o que funciona e não funciona nas formas e usos linguísticos (RAJAGOPALAN, 2008; VIANNA, 2016b).

Na sociolinguística, os julgamentos do falante sobre as formas e usos de sua língua são, a bem da verdade, considerados na análise, e as comunidades de fala são concebidas como grupos que partilham julgamentos semelhantes, enquanto que o próprio código é variável, sendo a comunidade de fala reconhecida como social e linguisticamente estratificada (LUCCHESI, 2012). Mas se é reconhecido que *o falante* avalia a língua de determinada maneira, a adesão do investigador à tese da igualdade funcional entre os códigos não permite que ele comungue das ideias do usuário comum da língua, o não-especialista, sendo essa uma instância em que o conhecimento (e as crenças) do linguista e as crenças (e o conhecimento) do falante não se intersectam. O que o falante *diz* de sua língua não faz parte do *saber* científico sobre a língua. Essa separação entre fato (sempre linguístico) e valor (o julgamento do falante) marca, além da separação entre o linguista e o leigo, a motivação de uma antiga e tradicional guerra contra os gramáticos normativos, guerra muitas vezes perdida pelos linguistas, ao menos na arena política (que é a que realmente interessa aos contendores), pelo fato corriqueiro de que a atitude considerada anticientífica (pela própria academia) dos gramáticos

normativos é facilmente reconhecível e amplamente reconhecida pelo imenso restante não especialista da sociedade (RAJAGOPALAN, 2008; VIANNA, 2016b).

O mito da linguagem

Perspectivas sociocognitivas vêm mostrando vigor nas últimas décadas, provavelmente graças à redescoberta, pelos teóricos ocidentais, de autores russos do início do século XX, como os trabalhos de Vigotsky e, especificamente em linguística, dos textos de Bakhtin (TOMASELLO, 2003; VIANNA, 2016a). Assim como os gramáticos normativos são os usuais sacos de pancada nas ciências linguísticas como um todo, o nativismo linguístico de Noam Chomsky transformou-se no paradigma a ser combatido por inúmeras correntes que defendem o tratamento ao mesmo tempo *sócio e cognitivo* do fenômeno da linguagem, em especial as linguísticas funcional e textual e parte da linguística cognitiva. No entanto, tal como os empiristas do século XVIII, que partilhavam com os racionalistas a aceitação do tribunal do Olho da Mente (RORTY, 1994) cientistas cognitivos contemporâneos que criticam as abordagens nativistas partilham com seus rivais princípios explicativos mentalistas, entre eles o conceito de *representações internas*, ou uma visão representacionista do conhecimento (VARELA, THOMPSON; ROSCH, 1997). Nas abordagens ditas interacionistas, que propõe a superação das dicotomias clássicas, não vemos surgir, na explicação, um organismo que compartilhe seu agir em um mundo com outros agentes humanos ou não-humanos, mas a interação entre aquelas mesmas instâncias causais: natureza e cultura, genes e ambiente, mente e realidade, cérebro e mundo, o conhecimento e a linguagem sendo produtos, ou a sínteses, dessa interação, com pouco ou nenhum espaço para a agência do organismo em sua totalidade. Como vem nos ensinando Susan Oyama (2000), propostas interacionistas de todo tipo, antes de negar, reafirmam a validade das instâncias causais que interagem, mantendo intactos, e impermeáveis, os velhos domínios da natural e do social.

Sempre foi instrumental, na tradição ocidental dos estudos da linguagem, distinguir uma Língua, com “l” maiúsculo, de seus desvios percebidos na fala ou na escrita cotidianos, por vezes tomados como parte da análise, mas por vezes lamentados, seja como fonte de erros a serem evitados, seja como *tokens* pouco interessantes, a serem desconsiderados em uma abordagem científica. Mas a *distinção*, repito, entre o universal e o acidental na linguagem, tem longa estirpe, ainda que as semelhanças de família não sejam abertamente reconhecidas pela ciência moderna. No diálogo *Crátilo*, de Platão (1994), Sócrates e outros dois personagens discutem se os significados das palavras



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

são convencionais, ou seja, frutos do acordo em algum tipo de assembleia humana, ou naturais, necessariamente ligados à forma que o exprime. Muitos exemplos debatidos no *Crátilo* podem hoje ser desdenhados como um exercício fútil da etimologia grega, e a maioria dos linguistas modernos responderia de bom grado, junto com Saussure, que “o signo linguístico é arbitrário”, e exemplificaria: “a idéia de mar não está ligada por relação alguma interior à sequencia de sons m-a-r que lhe serve de significante” (SAUSSURE, 1991, p. 81). O debate platônico pode muito bem resolver-se com a vitória do lado convencional, se é disso que o diálogo trata. Ainda assim, é possível recuperar no *Crátilo* os alicerces de uma preocupação permanente na lingüística ocidental, bem menos inocente (politicamente) que a querela sobre a arbitrariedade do signo linguístico.

Vislumbrar uma forma lingüística natural, purificada das contingências da norma, significava, para Platão, distinguir entre as leis da retórica dos sofistas, “cujo objeto é a persuasão, a partir das leis da lógica (ou dialética), cujo objeto é a verdade” (TAYLOR, 1997, p. 220). Para que essa verdade legal seja alcançada, as palavras (isto é, a linguagem) precisam sustentar uma correspondência com a realidade, ou, em jargão moderno, devem *representar* a realidade. O zêlo de Platão traduz-se, dentro das preocupações lingüísticas atuais, no que Roy Harris chamou em 1981 de “o mito da linguagem” ou mito da intersubjetividade. O mito, segundo esse autor, é apoiado nas falácias lingüísticas da “telementação” e da “determinação” (HARRIS, 1981, p. 9). Na falácia de telementação, o que caracteriza a explicação de um fenômeno lingüístico natural é conhecer que palavras (ou seja, que elementos expressivos da linguagem, em qualquer nível de análise) significam quais idéias, e a linguagem, em suma, é um meio de transferir idéias de uma mente para outra, de um *sujeito* a outro. A falácia lingüística da determinação, ou “falácia do código fixo”, explica como o processo de telementação é possível: através da instanciação recorrente de itens mantidos invariáveis em forma e significado.

O princípio explicativo da transferência intersubjetiva é generalizado nas teorias lingüísticas, quer elas vejam o sistema como socialmente disponível para os falantes (como na *langue* de Saussure), e aqui podemos extrapolar para inúmeras teorias da linguagem que relacionam código lingüístico e comunidade de fala, seja na interação de um atributo inato do falante (como na *competência* de Chomsky) com os *inputs* lingüísticos do ambiente, que também podemos extrapolar para inúmeras teorias cognitivas ou sociocognitivas, antinativistas ou não (VIANNA, 2016a).

Gargantas diferentes

Mitos não são, pelo simples fato de serem chamados de mitos, elaborações dispensáveis, ou perigosas, como certos resíduos tóxicos que precisam ser, além de descartados, corretamente acondicionados para evitar danos ambientais. Se assim fosse, estaríamos dando razão à razão platônica que precisa distinguir aquilo que é verdade por sua correspondência com a realidade, daquilo que é controverso (e, portanto, pode ou não ser verdade) por fazer parte dos debates humanos *sobre* a realidade. Quero assim dizer que a distinção não nos ajuda a propor um mecanismo explicativo para a linguagem, pois a posição já está tomada de antemão e, não coincidentemente, justamente fora dos processos em que nos envolvemos cotidianamente enquanto imersos *na* linguagem. O mito da intersubjetividade (e suas falácias relacionadas da telementação e do código fixo), apontado por Harris (1981) é, pelas perguntas que faz e pelas respostas que nos permite oferecer, pouco esclarecedor, ainda que, como apontem vários autores (MAGRO, 1999; TAYLOR, 1997), faça parte de boa parte do que chamamos, modernamente, de uma teoria da linguagem.

Um dos problemas da atenção exclusiva ou privilegiada ao código linguístico na explicação da linguagem, é que que sabemos, por nossa experiência cotidiana (ainda que possamos não descrever essa experiência da maneira que farei aqui), que nenhum elemento tradicionalmente descrito como expressivo da linguagem humana – quer estejamos falando de sons, gestos ou grafismos, – faz parte, de antemão, da linguagem. A participação desses elementos sempre será definida historicamente na relação estabelecida pelos organismos em interação. Se houver recursão, ou seja, se no curso daquela interação aquele som, gesto ou grafismo é distinguido como um elemento significativo na coordenação das ações dos participantes, ele fará parte da linguagem na descrição desses mesmos participantes (MATURANA, 1997; VIANNA, 2011). O mesmo se dá com as regularidades percebidas na língua, como o léxico ou a sintaxe. É preciso fazer referência à história, ao curso de interações, para se dizer que uma palavra ou uma frase pertence à linguagem. Se devemos fazer referência à história de interações para falar da linguagem, explicar a linguagem é explicar a atividade relacional - o linguajar -, ou, como venho chamando em várias oportunidades, o “espaço relacional” (VIANNA, 2016b), a partir, principalmente, de meus diálogos (nem sempre livres de acidentes) com a escola chilena conhecida como Biologia do Conhecer (BC), dos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (MATURANA; VARELA, 2003; VIANNA, 2011).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Considerar o espaço relacional é, nos termos que venho propondo aqui, considerar como a linguagem é gerada a partir da participação de sistemas vivos, humanos ou não, na interação. Note-se que se trata, aqui, de uma consideração bem diferente de dar voz a agentes humanos e não humanos na perspectiva da composição do social de Latour (2012). A BC parte da biologia para explicar o surgimento dos sistemas sociais, do observador, da cognição e do próprio ato de explicar, em uma rede gerativa irreduzivelmente circular. E é preciso, além disso, distinguir uma explicação biológica na BC (que, como já dito, aceita o fenômeno do observador na explicação) e determinismos ou reducionismos biológicos, dada nossa longa história de “colonização das ciências sociais” (ROSE, 2000) por explicações naturalizantes, ou, o que é ainda mais enganoso (por não tornar explícito o reducionismo), explicações “interacionistas” (INGOLD, 2008, p. 86) ou “conciliatórias” (OYAMA, 2008, p. 51), em que se busca repartir a causa dos fenômenos relativos ao vivo entre instâncias naturais e sociais. Como coloca Susan Oyama (op. cit. p. 51), tanto o debate entre instâncias causais quanto a estratégia interacionista ou conciliatória são inadequados na medida em que todos os processos do vivo são “biológicos” (todas dizem respeito, a cada momento, ao processo do viver), e todas são “adquiridas”, pois dependem continuamente das interações e dos processos ontogênicos para surgir. Ao explicar o fenômeno do vivo a partir das propriedades de suas partes ou de agentes externos, ou ambos, perdemos de vista a fenomenologia tanto das operações constitutivas quanto comportamentais do organismo, do “sistema em desenvolvimento” (OYAMA, 2000, p. 27). A perspectiva biológica, aqui, é, nas palavras de Tim Ingold (2008, p. 89), “uma propriedade emergente do sistema total de relações que a possibilitam”. Assim, tanto a rejeição quanto a aceitação acríticas de explicações biológicas nas ciências humanas e sociais vêm da aceitação do biológico como um domínio de especificações reducionistas.

Na BC, o sistema vivo é uma máquina de determinado tipo, definida por sua organização *autopoiética* (termo composto a partir do grego que faz referência ao processo de autoprodução). O sistema autopoiético define-se como:

... una máquina organizada como um sistema de procesos de producción de componentes concatenados de tal manera que producen componentes que: (i) generan los procesos (relaciones) de producción que los producen a través de sus contínuas interacciones y transformaciones, y (ii) constituyen a la máquina como una unidad en el espacio físico. (MATURANA; VARELA, 2003, p. 69).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Ao definirmos os seres vivos como uma rede fechada que produz os componentes que, por sua vez, através de suas inter-relações, produzem a mesma rede que os produziu, fechamos operacionalmente o ser vivo e, portanto, resta explicar como uma rede fechada pode participar da constituição de um sistema social e gerar domínios linguísticos, processos que exigem, como foi dito antes, o estabelecimento de uma história de relações. Antes de avançar para essa explicação, devo assinalar que, se de fato consideramos a biologia como um domínio gerativo de sistemas ontogênicos em deriva estrutural, não é possível fazer, a partir de uma explicação biológica, referência a *uma natureza*, mas à constante ploriferação de naturezas, que irão se relacionar no espaço da linguagem com suas gargantas diferentes.

Sistemas sociais e linguagem

Ao afirmar que o ponto de partida que proponho é biológico, deixo explícito, ao mesmo tempo, que devo tratar os sistemas sociais como macrossistemas compostos por sistemas vivos para explicá-los, mesmo quando, por algum motivo, volto minha atenção para sociedades humanas. Se, no entanto, escolho chamar de sociais apenas grupos compostos por humanos, tenho que aceitar que o fundamento da explicação deixa de ser biológico e encontra suas motivações em outro domínio fenomênico. Isso não acontece por que o natural e o social são domínios distintos, mas por que não há nada, do ponto de vista biológico, que defina um sistema social como exclusivamente humano, ainda que, no fluir do meu viver (e conversar) humano, ou seja, enquanto observador, eu considere adequado (certos) modos de viver humanos. Nas últimas décadas, o social de “somente humanos” tem sofrido uma crítica importante no campo dos estudos da ciência e da tecnologia. Para Latour (2012), a composição do social surge de práticas de mediação de que podem participar agentes de todo tipo, e, não, do estabelecimento de um domínio oposto a uma natureza transcendente. De um modo distinto das sociedades exclusivamente humanas, como nas ciências sociais tradicionais, e também distintamente das redes de agentes humanos e não humanos, vivos e não vivos, como em Latour, o sistema social surge nas coerências explicativas da BC como uma consequência do operar dos seres vivos, e existe apenas enquanto servir de meio para a realização da autopoiese de seus componentes, dos organismos que a compõe. Assim, todo sistema social é composto por sistemas vivos (inclusive humanos), mas nem todo agrupamento de sistemas vivos (mesmo os humanos) é um sistema social. Sistemas competitivos ou autoritários, que negam o fluir comportamental de seus



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

componentes autopoieticos na convivência, tal como relações de trabalho, sistemas militares ou hierárquicos e mesmo competições esportivas, não configuram, na perspectiva da BC, sistemas sociais.

O organismo vive em contínuo acoplamento estrutural com o meio até se desintegrar enquanto vivo, sendo operacionalmente irrelevantes as condições em que isso acontece, desde que as interações que ele mantém com o meio conservem sua autopoiese. Como o fluir comportamental (as ações do ser vivo em um meio) modula o curso das mudanças estruturais, o mesmo irá acontecer quando parte do meio com o qual o organismo interage é outro organismo (VIANNA, 2011, p. 152). Quando, em um domínio comportamental, consideramos dois (ou mais) sistemas vivos em interação, as mudanças estruturais de cada um desses sistemas, suas respectivas ontogenias, irão ocorrer em um contexto coerente com a sua história de interações. Um sistema social surge quando um organismo participa da conservação da autopoiese de outro(s) organismo(s) no domínio comportamental. Ainda que o fechamento operacional – a autonomia do indivíduo e a circularidade de suas dinâmicas internas – seja crucial na distinção de um sistema vivo, é preciso fazer referência ao domínio comportamental, ao domínio das interações, nas descrições que fazemos das regularidades comportamentais que observamos.

Nenhum indivíduo, nenhum componente do sistema social é irrelevante para a definição de um sistema social. Se um indivíduo abandona o grupo, ou morre, se outro indivíduo passa a participar do sistema, ou se muda o comportamento de algum indivíduo (que pode participar de mais de um sistema social ao mesmo tempo), o sistema muda. Tal como nos sistemas vivos, o sistema social tanto pode mudar estruturalmente sem perda de organização, ou “morrer” enquanto um sistema de determinado tipo. No caso do sistema social, conservação e mudança dependem do que fazem os sistemas vivos que o compõe e das relações que estabelecem. Quando se rompe a organização, o antigo sistema dá origem a um sistema social de outra classe: torna-se *outra sociedade*, com relações diferentes, ou, no modo como descrevemos as relações humanas, *conversas diferentes*, geradas no curso do viver e do agir de seus componentes.

Tal como na conformação do sistema social (em um ponto de partida biológico), as relações que estabelecem um domínio linguístico são *relações coontogênicas*, (VIANNA, 2008; 2011) que modulam as ontogenias respectivas dos organismos a partir da história de interações. E tal como na relação organismo-meio, em que o observador distingue correspondências entre o organismo e o meio



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

onde ele atua, também podemos observar regularidades comportamentais e correspondências estruturais na interação entre dois (ou mais) organismos. Dito de outro modo, se as interações entre esses dois organismos são recorrentes e recursivas, ou seja, se observamos que existe uma história de interações entre esses organismos onde os respectivos comportamentos são incorporados à interações subsequentes, surge para nós, enquanto observadores, um domínio que descrevemos como linguístico, um domínio comportamental de ações coordenadas e consensuais. E sempre que houver um domínio linguístico, uma rede social pode ser formada como uma rede de interações consensuais entre os membros de uma mesma comunidade de organismos (MATURANA; VARELA, 1998).

Para a BC, quando um organismo, no curso de suas coordenações de ações com outro organismo, *descreve* o que ele experiencia, surge o observador, um humano que faz distinções de distinções em um domínio de coordenações consensuais com outros humanos (um domínio linguístico de segunda ordem). Em meu modo de abordar a questão, digo que são as interações em um domínio linguístico, e não as coordenações de segunda ordem, que geram tanto os fenômenos linguísticos humanos como de qualquer organismo participante em um processo coontogênico, e o termo linguagem aplica-se a qualquer relação coontogênica, não somente ao humano. Aceito, no entanto, que um modo humano de viver na linguagem é o único acessível a mim e não costumamos, na maioria das circunstâncias, participar de interações recorrentes com organismos não humanos a ponto de se estabelecer um domínio consensual. Assim, usualmente não descrevemos essas interações de um modo que, nos termos da BC, permite o surgimento do observador. De todo modo, assinalo que, com sua definição de linguagem, a BC fecha o seu ciclo gerativo (explicativo), mostrando como o observador surge a partir do operar do ser vivo, e como os domínios fisiológicos e comportamentais do ser vivo surgem, em outro ponto do mesmo círculo, como uma operação de distinção do observador.

Considerações finais

O que as teorias da linguagem deixam de fora? Ou, talvez melhor perguntando, o que queremos que as teorias da linguagem deixem de fora? Assim como há uma Linguagem de iniciais maiúsculas, também construímos nosso legado científico sobre uma Epistemologia com letras capitais: a filosofia fundacional que tomou para si a tarefa de elaborar uma teoria universal do conhecimento, sendo o afazer científico a aplicação por excelência, ou a mais acurada, desse modo de conhecer. O



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

procedimento de purificação de que fala Latour (1993; 2004; 2012), de separação entre uma natureza não-humana que, mobilizada pelos cientistas, só diz a verdade, e uma sociedade humana que, embora composta por nós, é constantemente suspeita de falsear a realidade, reflete ou revela um papel (político, é claro) da ciência no silenciamento da política, com a adesão (em sua maior parte incondicional) das ciências da linguagem, talvez imaginando ser esse o critério de entrada no clube da cientificidade.

Aprendemos, com o que Latour (2004) chama de Epistemologia política, as noções de que conhecimento é o conhecimento de algo, que a mente é o palco do fenômeno de conhecer e, então uma teoria do conhecimento é uma teoria das representações mentais, “que dividirá a cultura nas áreas que representem bem a realidade, aquelas que não a representam tão bem e aquelas que não a representam de modo algum” (RORTY, 1994, p. 20). Com a Linguística política (que, parafraseando a oposição latouriana, oponho à política linguística) aprendemos que as línguas humanas são naturais, que é possível uma teoria universal da linguagem e que a linguagem representa a realidade, resultando, de tudo isso, que é da natureza do humano, possuidor exclusivo da linguagem, representar melhor a realidade que os demais organismos. É preciso sobretudo entender que essa naturalização e universalização do saber linguístico não melhora as coisas para os próprios humanos, pois tal como os epistemólogos fizeram com o conhecimento, a linguagem é emudecida pela ciência positiva, só acessível e revelada, enquanto objeto natural, pelo especialista.

Se política ecológica não é incorporar a atenção à Natureza ao domínio da política, mas deve, ao contrário, “destruir a ideia de natureza” (LATOURE, 2004, p. 25) no combate a uma hierarquia de seres, a política linguística não é incorporar a atenção à Linguagem, mas deve, exatamente, destruir a ideia de língua natural, e pelos mesmos motivos. É a destruição desse objeto natural, ou, se preferirmos, de uma Teoria Geral da Linguagem em linguística, em oposição a um polo purificado do social, do extralinguístico, que irá permitir a incorporação de controvérsias onde muitas gargantas diferentes possam participar da conversa, reduzindo, politicamente, os processos predatórios de silenciamento. Estes, no caso da linguagem, são ironicamente (e tristemente) pertinentes, pois a linguagem, tal como a vejo, é o próprio espaço relacional onde se dá o debate.

Preocupações em linguagem análogas à dos ambientalistas, ou seja, os temores sobre a crescente fragilização da diversidade linguística em nosso planeta, sugerem que não apenas os problemas são os mesmos, mas, talvez, também as soluções. No campo das políticas linguísticas, as



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

evidências (sempre dos especialistas, claro), apontam para, no apropriado termo de Bartolomeu Melià (2013), estudioso do guarani, uma *deforestación lingüística*, com efeitos perversos na vida de milhões de pessoas. Nesse quadro, a postura do investigador isento é mais do que questionável, e de fato, muitos linguistas vêm se posicionando sobre as necessidades de intervenção e planificação cientificamente orientadas. A descrição e a gramaticização de línguas minoritárias tem, *ceteris paribus*, ajudado a revitalizá-las, ampliando contextos de uso e, em muitos casos, melhorando a vida de seus falantes. Sustento, contudo, que o desmatamento de que fala Melià é mais que uma metáfora. Não é coincidência que ainda hoje, anos depois do processo de colonização da América, a cada evento de ocupação civilizadora dos espaços ameríndios de convivência, tenham se rompido possibilidades de interação linguísticas próprias dessas comunidades. O desastre acontece na imposição de novos modos de dizer, de apontar juntos para o mundo, o que se traduz menos por uma mudança na manipulação de signos codificados na língua que pela ruptura de espaços relacionais. Uma política linguística prescinde de dizer, às pessoas, o que é a linguagem.

Referências

- CHOMSKY, Noam. A Review of B. F. Skinner's *Verbal Behavior*. *Language*. v. 35, n. 1, p. 26-58, 1959.
- HALDANE, John Burdon Sanderson. *What is life? The layman's view of nature*. London: Alcuin Press, 1949.
- HARRIS, Roy. *The Language Myth*. London: Duckworth, 1981.
- INGOLD, Tim. Por que quatro porquês? In: VIANNA, Beto (org.). *Biologia da libertação: ciência, diversidade e responsabilidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2008. p. 86-94.
- KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LATOUR, Bruno. *We have never been modern*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- LATOUR, Bruno. *Politics of nature: how to bring the sciences into democracy*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

LATOURE, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.).

Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2012. p. 57-83.

MAGRO, Cristina. *Linguajando o linguajar: da biologia à linguagem*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 1999.

MATURANA, Humberto. Biologia da linguagem: a epistemologia da realidade. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (orgs.). *Humberto Maturana: A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 123-166.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *The tree of knowledge: biological roots of human understanding*. Boston: Shambala, 1998.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *De máquinas y seres vivos*. Buenos Aires: Lumen, 2003.

MELIÀ, Bartolomeu. La deforestación lingüística en el Paraguay: problemas y soluciones. In: RODRIGUES, José Maria (org.). *Políticas lingüísticas para la integración educativa y cultural en el Mercosur*. Ceaduc: Asunción, 2013. p. 139-160.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-14.

OYAMA, Susan. *The ontogeny of information*. Durham: Duke University Press, 2000.

OYAMA, Susan. Mudança de hábito. In: VIANNA, Beto (org.). *Biologia da libertação: ciência, diversidade e responsabilidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2008. p. 50-54.

PLATÃO. *Crátilo: diálogo sobre a justeza dos nomes*. Versão do grego, prefácio e notas pelo Pe. Dias Palmeira. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1994.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Linguagem: o Santo Graal da linguística. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Situar a língua(gem)*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 15-38.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2014.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

- RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ROSE, Hilary. Colonizing the social sciences? In: ROSE, Hilary; ROSE, Steven (eds.). *Alas, poor Darwin: arguments against evolutionary psychology*. New York: Harmony Books, 2000. p. 127-153.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- TAYLOR, Talbot. *Theorizing language: analysis, normativity, rhetoric, history*. Amsterdam: Pergamon, 1997.
- TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. *The embodied mind: cognitive science and human experience*. Cambridge: The MIT Press, 1997.
- VIANNA, Beto. *A estrutura modal + infinitivo em português: gramaticalização e modalização*. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2000.
- VIANNA, Beto. Desde Darwin: Spock e a deriva natural. In: VIANNA, Beto (ed.) *Biologia da libertação*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2008. p. 131-144.
- VIANNA, Beto. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. *Revista de Antropología Iberoamericana*. v. 6., p. 135-158, 2011.
- VIANNA, Beto. O lugar da cognição (ou da leitura?) e o papel do cérebro (ou do leitor?): reflexões em sala de aula. *Interdisciplinar*, ano XI, v.24, p. 225-247, 2016a.
- VIANNA, Beto. O espaço relacional das línguas brasileiras: linguagem e relações interétnicas. *Interfacis*. v. 2, n. 1, p. 1-15, 2016b.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado lógico-filosófico e Investigações filosóficas*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1987.